



Revista de Contabilidade e Organizações

ISSN: 1982-6486

rco@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Mazzioni, Sady; Dias de Moura, Geovanne; Hein, Nelson
Distribuição de Valor Adicionado e Intangibilidade: uma Análise em Empresas Brasileiras
Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 8, núm. 20, 2014, pp. 50-64
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=235232409005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Distribuição de Valor Adicionado e Intangibilidade: uma Análise em Empresas Brasileiras

Sady Mazzioni^a; Geovanne Dias de Moura^a; Nelson Hein^b^a Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UnoChapecó.^b Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB.

Informações do Artigo

Histórico do Artigo

Recebido: 09 Janeiro 2013

Aceito: 15 Janeiro 2014

Palavras chave:

Distribuição do valor adicionado
Ativos intangíveis
Empresas brasileiras listadas na
BM&FBOVESPA.

Resumo

O estudo objetivou analisar a relação entre distribuição de valor adicionado e nível de intangibilidade em empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, documental e quantitativa em uma amostra composta por 50 companhias dos diversos setores econômicos, com dados referentes ao exercício de 2011. Os resultados revelaram grandes desigualdades nos valores investidos em ativos intangíveis entre os setores. O setor econômico de petróleo, gás e biocombustíveis apresentou a maior média e a empresa que individualmente possuía o maior valor investido em intangíveis, destacando-se também em relação ao valor adicionado distribuído. As empresas listadas em níveis de governança corporativa considerados inferiores apresentaram maiores valores de ativos intangíveis e distribuíram quantidades maiores de valor adicionado. Os resultados obtidos permitiram concluir que, dentre as empresas analisadas, aquelas que possuíam maiores valores investidos em ativos intangíveis distribuíram maiores quantidades de valor adicionado.

Copyright © 2014 FEA-RP/USP. Todos os direitos reservados

1. INTRODUÇÃO

A intensa concorrência empresarial, associada com o aumento da exigência dos clientes e o aparecimento constante de novas tecnologias, tem resultado em ambientes de mudanças rápidas e constantes. Nesse cenário dinâmico e cada vez mais desenvolvido, as empresas não podem limitar-se apenas a fatores tradicionais, tais como capital e trabalho, pois precisam apresentar diferenciais para manterem-se competitivas e responderem mais rapidamente as mudanças (JOHANSON; MARTENSSON; SKOOG, 2001; TAVARES, 2010).

Assim, os ativos tangíveis que já foram tratados como símbolos de sucesso e prosperidade empresarial, conforme descreve Rolim (2009), a cada dia, perdem espaço para

os ativos intangíveis como marcas, patentes, *software* de computador, direitos autorais e carteiras de clientes, por exemplo, que passam a ser reconhecidos pelas organizações como fontes de vantagem competitiva, além de contribuírem para o aumento do valor da empresa. (SVEIBY, 1998; STEWART, 1998; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; LEV, 2001; KAYO; TEH; BASSO, 2006; SRIRAM, 2008).

Considerando o aumento da importância dos ativos intangíveis para a economia mundial e visando o aumento do poder informativo das demonstrações financeiras, em 2001, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) redefiniu o tratamento dado aos ativos intangíveis para o mercado norte americano com a emissão do pronunciamento nº 142 - *Ágio e Outros Ativos Intangíveis*. Em 2004, o *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão internacional que publica e atualiza normas internacionais de contabilidade, alterou o texto da norma *International Accounting Standard* (IAS) nº 38, prescrevendo novos

Corresponding author

E-mail : S. Mazzioni (sady@unochapeco.edu.br); G. D. Moura (geomoura@terra.com.br); N. Hein (hein@furb.br)

Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Área de Ciências

Sociais Aplicadas. Avenida Senador Atílio Fontana 591 E, Bloco R, EFAPL.

89809000 - Chapecó, SC - Brasil

critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação. E, o Brasil, em 2008, visando à convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais, aprovou o CPC 04 – Ativo Intangível, que tem como base a IAS 38.

Essas mudanças contribuem para melhoria da evidenciação de informações por meio dos demonstrativos financeiros, possibilitando que os usuários da contabilidade sejam capazes de compreender melhor os investimentos realizados em ativos intangíveis, o desempenho futuro da empresa e a sua capacidade de gerar valor adicionado.

A representatividade, cada vez maior, dos ativos intangíveis no patrimônio das empresas, assim como sua relevância para a criação de valor para as mesmas é apontada nos estudos de Martins (1972), Horngren (1985), Edvinsson e Malone (1998), Stewart (1998), Hoegh-Krohn e Knivsfla (2000), Schmidt e Santos (2002), Kanodia, Sapra e Venugopalan (2004), Perez e Famá (2006), Iudicibus, Martins e Gelbecke (2008), Schlüter (2010) e Secundo et al. (2010).

Esses estudos demonstram que uma grande parcela de valor adicionado de muitas empresas provém de recursos intangíveis, que são fundamentais para a perenidade das organizações e para a sociedade, de maneira geral. Esta última, representada pelos acionistas, os credores, empregados e o governo, por exemplo, que têm se beneficiado do valor adicionado distribuído.

O valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa de forma geral e é medido pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros, além de incluir também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade (CFC, 2008).

A evidenciação do valor adicionado que surge a partir das transações econômicas realizadas em determinado período é demonstrado, pela contabilidade, de forma detalhada no demonstrativo denominado de Demonstração do Valor Adicionado (DVA). A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações

relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas, utilizando o conceito contábil da realização da receita, isto é, baseado no regime contábil de competência (CPC 09, 2008).

Com base no exposto, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: qual a relação existente entre distribuição de valor adicionado e intangibilidade em empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA? Assim, o objetivo do estudo consiste em analisar a relação entre distribuição de valor adicionado e nível de intangibilidade nas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA.

Ativos intangíveis é um tema de grande discussão, não apenas no Brasil, mas em diversos países. Sua importância e visibilidade são crescentes em empresas de diversos setores, e até mesmo em organizações sem fins lucrativos, conforme citado nos estudos de Kostagiolas e Asonitis (2009) e Secundo et al. (2010), justificando a motivação para este estudo.

A contribuição do estudo está relacionada à verificação dos pressupostos teóricos de que os recursos intangíveis geram uma grande parcela do valor adicionado, evidenciando a existência de relação entre os investimentos realizados em ativos intangíveis com a respectiva distribuição de valor adicionado pelas empresas investigadas.

2. ATIVOS INTANGÍVEIS

O investimento em ativos intangíveis é um fenômeno que se intensifica nas empresas de todos os setores e atividades, conforme relatam Goldfinger (1997) e Lev (2001). É um tema que, de acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), forma uma das áreas mais complexas da teoria da contabilidade, iniciando pela dificuldade de definir o que é um ativo intangível.

Na literatura, percebe-se que o termo ativo intangível tem sido utilizado como sinônimo de ativos intelectuais, ativos

invisíveis, recursos intangíveis, capital intelectual e *goodwill*, conforme pode ser verificado nos estudos de Martins (1972), Crawford (1994), Brooking (1996), Edvinsson e Malone (1998), Sveiby (1998), Stewart (2001), Caddy (2002), Hitt, Ireland e Hoskisson (2003) e Antunes (2004). Neste estudo, assim como nos estudos de Kayo (2002), Kaufmann e Schneider (2004), Schnorrenberger (2005), Vargas (2007) e Moura (2011), adota-se a denominação ativos intangíveis, por entender que esse termo caracteriza melhor o tema em estudo.

Diversos autores, tais como Hendriksen e Van Breda (1999), Schmidt e Santos (2002), Santos et al. (2005), Fernandes et al (2006), Rezende, Maia e Ávila (2009), Ritta e Ensslin (2010) e Schlüter (2010) iniciam pela definição da “palavra” intangível, descrevendo que sua origem é do *latim* em que o termo *tangere* significa tocar. Logo, considerando o significado etimológico da palavra, os bens intangíveis são aqueles que não podem ser tocados.

Os ativos intangíveis, segundo Edvinsson e Malone (1998, p. 40) são constituídos pela “[...] posse de conhecimento, experiência aplicada, tecnologia organizacional, relacionamentos com clientes e habilidades profissionais que proporcionam à empresa uma vantagem competitiva no mercado” e representam a lacuna entre o valor contábil e o valor de mercado da empresa. Os autores utilizam-se, ainda, de uma metáfora em que comparam a empresa a uma árvore. A parte visível constituída por tronco, galhos e folhas representa o que é descrito em organogramas, relatórios anuais, demonstrações financeiras e outros documentos. A parte invisível, como as raízes, representa os intangíveis compostos por fatores dinâmicos que embasam a empresa visível.

Hendriksen e Van Breda (1999) citam como exemplos de intangíveis, nomes de produtos, direitos de autoria, franquias, patentes e marcas que podem proporcionar benefícios econômicos futuros, podem ser identificáveis e controlados, portanto, tais itens podem ser reconhecidos e mensurados

pela contabilidade.

Em estudo mais recente, Reina et al. (2010) também demonstram preocupação com a possibilidade de reconhecimento de ativos intangíveis pela contabilidade e citam como exemplos: programas de computadores (*softwares*), marcas, patentes de fabricação de produtos, concessões obtidas de serviços públicos, direitos autorais, direitos de franquia, direitos federativos/passes, direitos de exploração de recursos minerais e direitos de exploração de recursos florestais.

Moura (2011) realizou pesquisa em uma amostra de 260 empresas de seis setores econômicos da BM&FBovespa no período de 2009 e identificou quais eram os ativos intangíveis evidenciados nos relatórios contábeis que compunham o subgrupo ativo intangível no balanço patrimonial das empresas e, posteriormente, realizou um reagrupamento de acordo com a classificação proposta por Sveiby (1998): competência dos funcionários, estrutura interna e estrutura externa. Em relação à competência dos funcionários, não foram identificados intangíveis. No grupo de estrutura intangível interna foram identificados pesquisa e desenvolvimento, *softwares*, acervo técnico, acordos de não competitividade e direitos de uso de linha telefônica. Na estrutura externa foram identificados marcas e patentes, benfeitoria em projetos de terceiros, franquias, contratos de concessão, ágil sobre investimentos, carteiras de clientes e direitos autorais.

Dentre os intangíveis evidenciados pelas empresas da mostra pesquisada por Moura (2011) destacaram-se os *softwares*, que foram evidenciados por 222 (85%) das 260 empresas, e o ágil sobre investimentos que foram evidenciados por 127 (49%) empresas. Contratos de concessão e marcas e patentes também se mostraram relevantes, sendo evidenciados por 36% e 31% das empresas, respectivamente. E, em menores percentuais, acervo técnico, direitos de uso de linha telefônica, carteira de clientes e direitos autorais.

Os resultados foram comparados por Moura (2011) com os achados da pesquisa

de Antunes, Silva e Saiki (2009) em que os intangíveis mais recorrentes foram os *softwares* (79%), *ágio* (63%) e *marcas e patentes* (31%) e com os de Cunha *et al* (2010), em que se destacaram os *softwares* (72%), *ágio* (37,5%) e *marcas e patentes* (30%). Também foi comparado com o estudo de Ritta, Ensslin e Ronchi (2010) com destaque novamente para o *ágio* (73,94%) e *softwares* (15%), e também, *direitos contratuais* (8,66%), demonstrando que as empresas da amostra apresentaram semelhança com as empresas analisadas nestas três pesquisas, sinalizando que os intangíveis de maior destaque nas empresas brasileiras, são os *softwares*, o *ágio*, os *contratos de concessão* e as *marcas e patentes*.

A representatividade de tais ativos, assim como sua importância, é apontada nos estudos de Martins (1972), Horngren (1985), Edvinsson e Malone (1998), Stewart (1998), Hoegh-Krohn e Knivsfä (2000), Schmidt e Santos (2002), Kanodia, Sapra e Venugopalan (2004), Perez e Famá (2006), Iudícibus, Martins e Gelbecke (2008), Schlüter (2010), Secundo *et al.* (2010) e Moura (2011), que apontam, também, que uma grande parcela de valor adicionado de muitas empresas provém em virtude dos recursos intangíveis.

3. DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO

Diversos estudos, tais como o de Rodrigues (1981, 1995), Tinoco (1984, 2001, 2010), Luca *et al* (2009), Santos (1999, 2007), Kroetz (2000a, 2000b), Souza Filho (2000) e Mazzioni (2005) abordam a importância da divulgação da demonstração do valor adicionado (DVA), da relevância social da evidência do montante de riqueza gerada pela entidade em determinado período e a repartição entre os diversos agentes que contribuíram na formação, os quais com ela se relacionam.

Hendriksen e Van Breda (1999) admitem que o conceito de valor adicionado

torna-se ainda mais significativo quando aplicado às grandes empresas, que afetam a vida de milhares de pessoas e possuem importância social e econômica global, que vão além dos interesses limitados de proprietários e acionistas.

O conceito de valor adicionado originou-se na Europa, a partir da iniciativa de inúmeras empresas do Reino Unido que seguiram a recomendação dada pelo *The Corporate Report* em 1975, possibilitando medir a contribuição de uma empresa para a sociedade. A publicação do valor adicionado é útil porque mostra como os benefícios do esforço de uma empresa foram compartilhados entre as partes interessadas, incluindo os acionistas, os credores, a administração, os empregados e o governo (BAO; BAO, 1998).

O valor adicionado demonstra a efetiva contribuição da empresa, dentro de uma visão global de desempenho, para a geração de riqueza da economia na qual está inserida, sendo resultado do esforço conjugado de todos os seus fatores de produção (CVM, 2007). Representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e recebido em transferência (CFC, 2008).

Iudícibus *et al.* (2010) argumentam que a DVA tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa, resultante do esforço coletivo, e sua distribuição àqueles que contribuíram para sua criação. Presta informações aos agentes econômicos interessados na empresa: empregados, clientes, fornecedores, financiadores e governo.

A evidência da geração e distribuição do valor adicionado ocorre pela publicação da demonstração do valor adicionado (DVA). No Brasil, a publicação da DVA está prevista desde 2005, por meio da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 3.7, revogada e substituída pela NBC TG 09 de 2008, ambas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Lei 11.638/2007 tornou obrigatória a divulgação da DVA

para as companhias abertas. Contudo, antes de ser obrigatório para as companhias abertas, o demonstrativo era incentivado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e sua publicação apoiada, conforme Parecer de Orientação nº 24/92, Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2000 e Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2007.

Em estudo pioneiro, Tinoco (1984) argumenta que a informação do valor adicionado enriquece a informação contábil, tornando-se vital para aqueles que se dedicam à análise de balanços. A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas, utilizando o conceito contábil da realização da receita, isto é, baseado no regime contábil de competência (CPC 09, 2008).

Os principais componentes da riqueza são segregados para evidenciar a riqueza criada pela entidade daquela recebida em transferência, contidos nos seguintes itens (CPC 09, 2008):

Riqueza criada pela própria entidade constituída pela consideração de:

a) Receitas: oriundas da venda de mercadorias, produtos e serviços, inclusive os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas; por outras receitas, incluindo os tributos incidentes; e, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando os valores relativos à constituição e reversão dessa provisão;

b) Insumos adquiridos de terceiros: considerando os valores (inclusive impostos) das matérias-primas e serviços adquiridos junto a terceiros e contidas no custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos; valores relativos às despesas originadas da utilização de materiais, energia, serviços e outros bens e utilidades adquiridos junto a terceiros;

c) Perda e recuperação de valores ativos: incluindo valores relativos a ajustes por avaliação a valor de mercado e os reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas

por desvalorização de ativos;

d) Depreciação, amortização e exaustão: a despesa ou o custo contabilizado no período.

Valor adicionado recebido em transferência obtido pelo reconhecimento de:

a) Resultado de equivalência patrimonial: podendo representar receita ou despesa;

b) Receitas financeiras;

c) Outras receitas: incluindo os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia, etc.

Mazzioni (2005) argumenta que a DVA se constitui em uma forma diferenciada de evidenciação (*disclosure*) para um pool diversificado de usuários, possibilitando análises não oferecidas por outra demonstração.

Na concepção de Tinoco e Kramer (2004) o importante, do ponto de vista dos agentes sociais, é a forma pela qual o valor adicionado gerado será repartido e quais os segmentos beneficiários. Para Luca et al. (2009, p. 31) a distribuição do valor adicionado apresenta de forma separada a parcela destinada a remunerar os empregados, os financiadores, o governo e os acionistas.

Pode-se constatar que essas discussões da literatura contábil foram recepcionadas pela norma contábil CPC 09 (2008), ao relatar que a segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída, cujos principais componentes são:

a) Pessoal: valores apropriados ao custo e ao resultado do exercício na forma de remuneração direta, benefícios e FGTS;

b) Impostos, taxas e contribuições: valores relativos aos impostos federais, estaduais e municipais que sejam ônus da empresa. Para os impostos compensáveis, a diferença entre os impostos e contribuições incidentes sobre as receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como “insumos adquiridos de terceiros”;

c) Remuneração de capitais de terceiros: valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital, incluindo juros, aluguéis e outras remunerações;

d) Remuneração de capitais próprios: valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas, incluindo juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos; lucros retidos e prejuízos do exercício; e, outras quantias destinadas aos sócios e acionistas.

4. RELAÇÃO ENTRE ATIVOS INTANGÍVEIS E DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO

Uma vantagem competitiva sustentável por longo período de tempo, segundo Barney (1991), é verificada na incapacidade dos concorrentes atuais e potenciais de duplicá-la, necessitando de recursos valiosos, raros, inimitáveis e insubstituíveis,

Perez e Famá (2006) relatam que a geração de riqueza nas empresas estaria diretamente relacionada com os ativos intangíveis, pois esses ativos seriam responsáveis por desempenhos econômicos superiores e pela geração de valor aos acionistas.

Os ativos intangíveis, de acordo com Kayo et al. (2006), têm aumentado sua importância na formação do valor econômico das empresas, tendo como uma evidência o crescimento do índice valor de mercado sobre valor contábil (*market-to-book ratio*). Esse posicionamento está alinhado com os achados de Lev (2001) que relata a variação no índice de valor de mercado sobre valor contábil das empresas americanas, crescendo de 1 (nos anos 80) para 6 (em 2001).

Os estudos de Martins (1972), Monobe (1986), Sveiby (1998), Stewart (1998), Hendriksen e Van Breda (1999), Lev (2001), Kayo (2002), Hoss, Rojo e Grapeggia (2010), dentre outros, reforçam o contexto dos ativos intangíveis sendo reconhecidos pelas organizações como fontes de vantagem competitiva, contribuindo para o aumento do valor das empresas.

Diversos seriam os motivos que provocam influência relativa dos ativos intangíveis sobre a adição de valor nas empresas, como o setor de atividade, o ciclo de vida do produto e da empresa, a missão das empresas, entre outros (KAYO et al., 2006).

Os achados de Perez e Famá (2006) indicam que empresas com maior parcela de

ativos intangíveis geraram mais valor para seus acionistas. Os resultados encontrados permitem inferir que, no período analisado, os ativos tangíveis proveram às empresas apenas lucros normais e que a verdadeira criação de valor foi proporcionada pelos ativos intangíveis.

Ritta e Ensslin (2010) investigaram um possível relacionamento positivo entre ativos intangíveis e variáveis financeiras, constatando que os investimentos em intangíveis propiciam aumento de receitas, adição de valor ao patrimônio líquido e valorização das ações.

Este estudo pretende investigar a relação entre a distribuição de valor adicionado e o nível de intangibilidade de empresas nacionais que negociam ações na BM&FBovespa.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao objetivo proposto, realizou-se pesquisa descritiva, documental e de abordagem quantitativa. De acordo com Martins (1994, p. 28), a pesquisa descritiva “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos”. A característica descritiva decorre do objetivo do estudo, de analisar a representatividade dos ativos intangíveis e a distribuição do valor adicionado nas empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa.

Quanto à pesquisa documental, Martins e Théophilo (2007, p. 55) descrevem que se trata de “[...] estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências”. Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada análise documental, com coleta de dados a partir da demonstração de valor adicionado disponibilizadas no *site* da BM&FBovespa e *websites* das organizações referentes ao ano base de 2011.

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa tem conotação quantitativa. Segundo

Richardson (1999), a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de quantificação, tanto na coleta, quanto no tratamento dos dados por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentuais e médias, até as mais complexas como coeficiente de correlação ou análise de regressão.

A população compõe-se do conjunto de possuem em seus respectivos setores econômicos.

companhias abertas listadas na BM&FBovespa. A amostra é considerada intencional e não probabilística, compreendendo as cinco maiores empresas de cada setor econômico, usando como critério o seu ativo total, conforme apresentado no Quadro 1. A escolha pelas cinco maiores empresas de cada setor justifica-se pela representatividade que

Quadro 1 – Amostra da pesquisa

Sector econômico da BM&FBovespa	Quantidade de empresas
Bens industriais	5
Construção e transporte	5
Consumo cíclico	5
Consumo não cíclico	5
Materiais básicos	5
Petróleo, gás e biocombustíveis	5
Tecnologia da informação	5
Telecomunicações	5
Utilidade pública	5
Total	50

Fonte: Dados da pesquisa

Inicialmente foi calculado para cada empresa o percentual dos ativos intangíveis em relação ao ativo total de cada ano, procedimento adotado anteriormente nos estudos de Ritta, Ensslin e Ronchi (2010) e Moura (2011). Os dados foram obtidos por meio do banco de dados Economática® e referem-se ao ano de 2011. Em seguida, foram coletados os dados sobre o valor adicionado total distribuído de cada empresa no ano de 2011, conforme divulgação na demonstração do valor adicionado disponível no *site* da Bovespa.

Por fim, para analisar a relação entre distribuição de valor adicionado e nível de intangibilidade nas empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa utilizou-se o teste de *Kolmogorov-Smirnov* para testar se a distribuição amostral de cada variável possuía normalidade dos dados. O resultado do teste foi positivo para todas as variáveis, dessa forma, optou-se por utilizar o coeficiente de correlação de *Pearson*.

6. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção contém a descrição e análise dos dados coletados. Primeiramente, apresentam-se os valores dos ativos intangíveis das empresas no ano de 2011 de acordo com os setores e níveis de governança corporativa da BM&FBovespa. Em seguida, o valor adicionado distribuído pelas empresas, novamente, de acordo com os setores e níveis de governança. E, por último, demonstram-se os resultados da correlação de *Pearson* que possibilitou alcançar o objetivo do estudo.

Conforme pode ser observado na Tabela 1, o setor econômico de petróleo, gás e biocombustíveis se destacou, pois, as empresas desse setor possuíam, em média, o equivalente a R\$ 18.468.215 em ativos intangíveis. Uma empresa desse setor não possuía ativos intangíveis registrado no seu Balanço Patrimonial, porém, a empresa com maior valor investido em intangíveis é desse setor, com R\$ 82.283.984, portanto, ocorrem grandes desigualdades, confirmado pelo alto desvio padrão de R\$ 35.795.169.

Tabela 1 – Valores dos ativos intangíveis das empresas do ano de 2011 de acordo com os setores da BM&FBovespa

Sector econômico da BM&FBovespa	Nº empresas	Mínimo (Reais Mil)	Máximo (Reais Mil)	Média (Reais Mil)	Desvio Padrão (Reais Mil)
Bens industriais	5	-	1.516.189	412.944	631.780
Construção e transporte	5	88.425	7.454.336	2.268.054	3.042.005
Consumo cíclico	5	72.401	4.151.961	1.612.437	1.724.729
Consumo não cíclico	5	4.354.956	19.217.053	9.103.392	6.623.244
Financeiro e outros	5	-	31.435.080	11.931.936	12.858.015
Materiais básicos	5	-	19.752.321	8.382.015	8.047.795
Petróleo, gás e biocombustíveis	5	-	82.283.984	18.468.215	35.795.169
Tecnologia da informação	5	-	540.690	156.397	221.146
Telecomunicações	5	255.043	30.053.684	13.670.612	11.436.049
Utilidade pública	5	2.371.367	20.141.677	8.718.255	6.821.228
Totais	50	-	82.283.984	7.472.426	13.344.853

Fonte: dados da pesquisa.

Destacaram-se, também, as empresas do setor de telecomunicações com valores médios de R\$ 13.670.612, mínimo de R\$ 225.043, máximo de R\$ 30.053.684 e as empresas do setor financeiro que, assim como o setor de telecomunicações, apresentou alto desvio padrão (R\$ 12.858.015), deixando claro que há grandes desigualdades, também, nesse setor.

Percebe-se ainda, na Tabela 1, que os setores de bens industriais e tecnologia da informação possuíam as empresas da amostra com os menores valores médios de intangíveis,

R\$ 412.944 e R\$ 156.397 respectivamente. Porém, os menores desvios padrões são desses dois setores que apresentam maior homogeneidade, analisando de maneira comparativa com os outros setores. Verificam-se, na Tabela 1, valores expressivos de intangíveis que podem estar contribuindo para a geração de valor das empresas.

A análise dos valores dos intangíveis, segregada pelo nível de governança corporativa da BM&FBovespa, pode ser realizada a partir dos dados da Tabela 2.

Tabela 2 – Valores dos ativos intangíveis das empresas do ano de 2011 de acordo com os níveis de governança corporativa da BM&FBovespa

Sector econômico da BM&FBovespa	Nº empresas	Mínimo (Reais Mil)	Máximo (Reais Mil)	Média (Reais Mil)	Desvio Padrão (Reais Mil)
Mercado tradicional	18	-	82.283.984	9.903.723	20.096.768
Nível 1	10	56.194	19.752.321	6.377.912	5.986.959
Nível 2	3	609.994	31.435.080	11.498.347	17.290.210
Novo mercado	19	-	20.141.677	5.109.480	6.085.591
Totais	50	-	82.283.984	7.472.426	13.344.853

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados da Tabela 2 demonstram que as empresas do nível 2 se destacaram, pois superaram os valores médios das empresas do novo mercado. O valor médio nesse nível de governança foi de R\$ 11.498.347, a empresa com menor valor possuía apenas R\$ 609.944 em intangíveis e a empresa com maior valor investido em intangíveis possuía R\$ 31.435.080. O desvio padrão de R\$ 17.290.210

evidencia as desigualdades existentes entre as empresas desse nível de governança.

Nota-se, ainda, na Tabela 2, que as empresas listadas no mercado tradicional atingiram um valor médio investido em ativos intangíveis equivalente a R\$ 9.903.723, superior ao das empresas do nível 1 que apresentaram valor médio de R\$ 6.377.912, além disso, o mercado tradicional possuía a

empresa com maior valor investido em ativos intangíveis (R\$82.283.984).

De maneira resumida, percebe-se que as empresas listadas no mercado tradicional da BM&FBovespa possuíam maiores valores de recursos intangíveis comparativamente às empresas do nível 1, do mesmo modo em que as empresas do nível 2 superaram as empresas do novo mercado. Diante do exposto, destaca-

se que empresas constantes em níveis de proteção aos acionistas considerados inferiores apresentaram maiores valores investidos em tais ativos, na amostra investigada.

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas do valor adicionado distribuído pelas empresas de cada setor econômico da BM&FBovespa no ano de 2011.

Tabela 3 – Valor adicionado distribuído pelas empresas no ano de 2011 de acordo com os setores da BM&FBovespa

Sector econômico da BM&FBovespa	Nº empresas	Mínimo (Reais Mil)	Máximo (Reais Mil)	Média (Reais Mil)	Desvio Padrão (Reais Mil)
Bens industriais	5	779.266	2.934.422	1.787.208	963.195
Construção e transporte	5	1.468.329	8.228.422	3.516.335	2.809.962
Consumo cíclico	5	-	5.834.276	3.127.029	2.080.106
Consumo não cíclico	5	5.710.686	27.088.199	13.515.315	8.053.307
Financeiro e outros	5	6.116.630	39.837.940	20.954.293	13.741.462
Materiais básicos	5	9.754.400	68.278.846	22.364.873	25.691.434
Petróleo, gás e biocombustíveis	5	-	181.081.017	36.397.410	80.880.821
Tecnologia da informação	5	46.657	863.294	400.332	337.937
Telecomunicações	5	1.402.020	21.456.011	13.692.319	7.905.856
Utilidade pública	5	5.719.147	17.716.825	11.091.645	4.891.789
Totais	50	-	181.081.017	12.684.676	27.138.734

Fonte: dados da pesquisa.

É possível perceber na Tabela 3 que, novamente, o setor econômico de petróleo, gás e biocombustíveis se destacou, pois, o valor adicionado médio distribuído pelas empresas desse setor foi de R\$ 36.397.410. Cabe destacar que uma empresa desse setor não possuía valor adicionado distribuído declarado em sua DVA e, a empresa com maior valor adicionado distribuído (181.081.017) é desse setor.

Destacaram-se, também, as empresas do setor de materiais básicos com valores médios de R\$ 22.364.873, mínimo de R\$ 9.754.400, máximo de R\$ 68.278.846 e as empresas do setor financeiro com valor médio distribuído de R\$ 20.954.293. Nota-se a existência de desigualdade entre as empresas desses setores, em virtude do alto desvio padrão.

Verifica-se ainda, na Tabela 3 que, novamente, os setores de tecnologia da informação e bens industriais destacaram-se negativamente, pois possuíam as empresas da

amostra com os menores valores adicionados médios, R\$ 400.332 e R\$ 1.787.208 respectivamente. No entanto, os menores desvios padrões são desses dois setores que apresentam maior homogeneidade, analisando de maneira comparativa com os outros setores. É possível perceber, por meio da Tabela 3, valores expressivos que foram distribuídos pelas empresas aos seus colaboradores, acionistas, governo, etc.

Na Tabela 4, evidenciam-se as estatísticas descritivas do valor adicionado distribuído dentro de cada nível de governança corporativa da BM&FBovespa.

Ao analisar a Tabela 4, verifica-se que as empresas do mercado tradicional e do nível 1 se destacaram em relação ao valor adicionado distribuído, pois superaram os valores médios das empresas listadas no nível 2 e no novo mercado, empresas que deveriam apresentar índices mais elevados de proteção aos acionistas conforme previsto pela BM&FBovespa (2011).

Tabela 4 – Valor adicionado distribuído pelas empresas no ano de 2011 de acordo com os níveis de governança corporativa da BM&FBovespa

Sector econômico da BM&FBovespa	Nº empresas	Mínimo (Reais Mil)	Máximo (Reais Mil)	Média (Reais Mil)	Desvio Padrão (Reais Mil)
Mercado tradicional	18	-	181.081.017	17.647.451	41.611.774
Nível 1	10	779.266	68.278.846	17.632.199	19.607.392
Nível 2	3	3.566.205	16.159.488	9.318.038	6.366.957
Novo mercado	19	99.470	39.837.940	5.910.714	9.182.654
Totais	50	-	181.081.017	12.684.676	27.138.734

Fonte: dados da pesquisa.

As empresas do mercado tradicional apresentaram o maior valor médio distribuído correspondente a R\$ 17.647.451. Nesse nível, duas empresas não possuíam valores adicionados distribuídos declarados em suas demonstrações e o valor máximo foi de R\$ R\$ 181.081.017. O alto desvio padrão de R\$ 41.611.774 evidencia as desigualdades existentes entre as empresas desse nível de governança.

Percebe-se ainda, na Tabela 4, que as empresas listadas no nível 2 atingiram um valor médio distribuído equivalente a R\$ 9.318.038, superior ao das empresas do novo mercado que apresentaram valor médio de R\$ 5.910.714.

Na Tabela 5, evidenciam-se os coeficientes da correlação de *Pearson* com o objetivo de analisar a relação entre distribuição de valor adicionado e investimento em ativos intangíveis.

Tabela 5 – Correlação entre ativos intangíveis e valor adicionado distribuído

ÍNDICES	Ativos intangíveis	Valor adicionado distribuído
Ativos intangíveis	1	
Valor adicionado distribuído	0.886**	1

**Correlação estatisticamente significativa ao nível de 0,01.

Fonte: dados da pesquisa.

Por meio da Tabela 5, observa-se que a variável “valor adicionado distribuído” tem uma forte correlação positiva de 88% com a variável “ativos intangíveis”, estatisticamente significativa a um nível de significância de 0,01. Portanto, as empresas que possuíam maiores valores investidos em ativos intangíveis foram aquelas que apresentaram maior valor adicionado distribuído.

Dessa forma, o estudo demonstra que entre as maiores empresas brasileiras listadas nos diversos setores econômicos da BM&FBovespa, aquelas com maiores valores investidos em ativos intangíveis foram aquelas que apresentaram maior valor adicionado distribuído.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura contábil apresenta estudos, como os relatados neste artigo, demonstrando que uma grande parcela do valor adicionado de muitas empresas provém de recursos intangíveis. Verificou-se, em outros casos, que os ativos tangíveis proveram às empresas apenas lucros normais, sendo a verdadeira criação de valor proporcionada pelos ativos intangíveis.

A geração de valor adicionado ocorrida nas empresas é canalizada (distribuída) ao conjunto de *stakeholders* composto pelos funcionários (salários e benefícios), acionistas (dividendos, juros sobre capital e retenções), financiadores (juros e aluguéis) e governo (impostos, taxas e contribuições).

O objetivo central deste estudo foi analisar a relação entre distribuição de

valor adicionado e nível de intangibilidade nas empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, documental e quantitativa em uma amostra intencional não probabilística composta por 50 companhias dos diversos setores econômicos, com dados secundários obtidos por meio do banco de dados Economática® e no site da BM&FBovespa, referentes ao exercício de 2011.

Os resultados demonstraram, em relação aos valores dos ativos intangíveis, que o setor econômico de petróleo, gás e biocombustíveis destacou-se com a maior média e com a empresa que individualmente possuía o maior valor investido em intangíveis. No outro extremo, os setores de bens industriais e tecnologia da informação possuíam as empresas da amostra com os menores valores médios de intangíveis.

Quanto aos valores, de acordo com os níveis de governança corporativa, os resultados indicaram que as empresas do nível 2 superaram os valores médios das empresas do novo mercado e as empresas listadas no mercado tradicional atingiram um valor médio investido em intangíveis superior ao das empresas do nível 1, ou seja, sinteticamente, pode-se argumentar que empresas pertencentes a níveis de proteção aos acionistas considerados inferiores apresentaram maiores valores investidos em tais ativos;

No tocante ao valor adicionado distribuído de acordo com os setores, o setor econômico de petróleo, gás e biocombustíveis, novamente apresentou o maior valor adicionado médio, embora tenha apresentado grandes variações entre as empresas. Os setores de tecnologia da informação e bens industriais destacaram-se negativamente, com os menores valores adicionados médios, no entanto, apresentam maior homogeneidade comparativamente com os outros setores.

Em relação ao valor adicionado distribuído de acordo com os níveis de governança corporativa, as empresas do mercado tradicional e do nível 1 se destacaram, superando os valores médios das empresas

listadas no nível 2 e no novo mercado.

Por fim, os coeficientes da correlação de *Pearson* indicaram que a variável valor adicionado distribuído tem uma forte correlação positiva com a variável de ativos intangíveis, indicando que, entre as empresas da amostra, aquelas que possuíam maiores valores investidos em ativos intangíveis foram aquelas que apresentaram os maiores valores adicionados distribuídos.

Os resultados deste estudo despertam interesse em novas pesquisas sobre ativos intangíveis e distribuição de valor adicionado, assim, sugere-se acompanhar os níveis de intangibilidade e o valor adicionado distribuído dessas empresas. Também seria interessante verificar se o setor de atuação ou os níveis de governança corporativa interferem nos resultados encontrados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P. **A influência dos investimentos em capital intelectual no desempenho das empresas**: Um estudo baseado no entendimento de gestores de grandes empresas brasileiras. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ANTUNES, M. T. P.; SILVA, L. C. P.; SAIKI, T. G. Evidenciação dos ativos intangíveis (capital intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei nº 11.638/07. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABC, 2009.

BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, Texas; v. 17, n. 1, p. 99-120. mar. 1991.

BAO, B. H.; BAO, D. H. Usefulness of value added and abnormal economic earnings: an empirical examination. **Journal of Business Finance & Accounting**, Oxford; v. 25, v. 1, p.

251-264. jan./mar. 1998.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976 [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 31 mar. 2012.

BROOKING, A. **Intellectual capital: core asset for the third millennium enterprise**. Boston: Thomson Publishing Inc., 1996.

CADDY, I. Issues concerning intellectual capital metrics and measurement of intellectual capital. **Singapore Management Review**, v. 24, n. 3, p.77-88, 2002.

CRAWFORD, R. **Na era do capital humano**. São Paulo: Atlas, 1994.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP nº 01/2007. Orientação sobre Normas Contábeis pelas Companhias Abertas. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br> Acesso em: 31 mar. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br> Acesso em: 28 mar. 2012.

_____. CPC 04 – Ativo intangível. Disponível em: <http://www.cpc.org.br> Acesso em: 28 mar. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.138/08, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <http://www.cfc.org.br> Acesso em: 28 mar. 2012.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos**. São Paulo: Makron Books. 1998.

FINANCIALACCOUNTINGSTATEMENTS BOARD - FASB. **SFAS 142**. Disponível em: <http://www.fasb.org> Acesso em: 12 set. 2011.

GOLDFINGER, C. Intangible economy and its implications for statistics and statisticians. **International Statistical Review**, v. 65, n. 2, p. 191-220, 1997.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração estratégica: Competitividade e globalização**. 4. ed. São Paulo: Thomson, 2003.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRED, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOEGH-KROHN, N.; KNIVSFLA, K. Accounting for intangibles assets in Scandinavia, the UK, the US, and by the IASC: challenges and a solution. **International Journal of Accounting**, v. 35, n. 2, p. 243–265, 2000.

HORNGREN, C. T. **Introdução à contabilidade gerencial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1985.

HOSS, O.; ROJO, C. A.; GRAPEGGIA, M. **Gestão de ativos intangíveis: da mensuração à competitividade por cenários**. São Paulo: Atlas, 2010.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - IASB. **IAS 38**. Disponível em: <http://www.iasb.org> Acesso em: 11 set. 2011.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBECKE, E. R. **Suplemento do manual de contabilidade das sociedades por ações (aplicável às demais sociedades)**. FIECAFI, 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JOHANSON, U.; MARTENSSON, M.; SKOOG, M. Mobilizing change through

the management control of intangibles.

Accounting, Organizations and Society, n. 26, p. 715–733, 2001.

KANODIA, C.; SAPRA, H.; VENUGOPALAN, R. Should intangibles be measured: what are the economic trade-offs? **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 1, 2004.

KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas**: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas. 2002. 110 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

KAYO, E. K.; KIMURA, H.; MARTIN, D. M. L.; NAKAMURA, W. T. Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. **RAC**, v. 10, n. 3, p. 73-90, jul./set. 2006.

KAYO, E. K.; TEH, C. C.; BASSO, L. F. C. Ativos intangíveis e estrutura de capital: a influência das marcas e patentes sobre o endividamento. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo - RAUSP**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 158-168, 2006.

KAUFMANN, L.; SCHNEIDER, Y. Intangibles: a synthesis of current research. **Journal of Intellectual Capital**, v. 5, n. 3, p. 366-388, 2004.

KOSTAGIOLAS, P.; ASONITIS, S. Intangible assets for academic libraries: Definitions, categorization and an exploration of management issues. **Journal Library Management**, v. 30 n. 6/7, p. 419-429, 2009.

KROETZ, C. E. S. **Balanco social**: possibilidades e limites. 2000a. 139 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2000.

_____. **Balanco social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000b.

LEV, B. **Intangibles**: management, measurement, and reporting. Washington: The Brookings Institution, 2001.

LUCA, M. M. M., et al. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E. **Uma contribuição a avaliação do ativo intangível**. 1972. 109 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1972.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1994.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MAZZIONI, S. **Delineamento de um modelo de balanço social para uma fundação universitária**. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.

MONOBE, M. **Contribuição à mensuração e contabilização do goodwill não adquirido**. 1986. 183 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986.

MOURA, G. D. **Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa: Uma análise de empresas listadas na Bovespa**. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis

e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade e Finanças**. USP. São Paulo, n. 40, p. 7-24, jan./abr. 2006.

REINA, D.; ENSSLIN, L.; DUTRA, A.; REINA, D. R. M. Mapeamento da produção científica em capital intelectual: Um estudo epistemológico no contexto nacional e internacional a partir das perspectivas propostas por MARR (2005), no período de 1994 a 2008. In: EnANPAD, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RITTA, C. O.; ENSSLIN, S. R. Investigação sobre a relação entre ativos intangíveis e variáveis financeiras: um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao índice IBovespa nos anos de 2007 e 2008. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2010. CD-ROM.

RITTA, C. O.; ENSSLIN, S. R.; RONCHI, S. H. A evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: Empresas que apresentaram informações financeiras à Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Campo Largo, v. 9, n. 1, p. 62-75, 2010.

RODRIGUES, A. A. Custos e valor adicionado: a nova medida da eficácia da gestão. **Revista Brasileira de Contabilidade**. CFC. Brasília, Ano XI, n. 36, jan./mar. 1981.

_____. Demonstração do levantamento do valor adicionado nos setores público e privado. **Revista Brasileira de Contabilidade**. CFC. Brasília: ano 24, n. 92, p. 45-61, abr. 1995.

ROLIM, M. V. **Estudo do nível de disclosure dos ativos intangíveis das empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100**. Dissertação (Mestrado em

Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2009.

SANTOS, A. **Demonstração do valor adicionado – DVA: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza nas empresas**. 1999. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHLÜTER, M. S. **Estudo da avaliação econômica de ativos intangíveis**. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **Avaliação de ativos intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHNORRENBARGER, D. **Identificando, avaliando e gerenciando recursos organizacionais tangíveis e intangíveis por meio de uma metodologia construtivista (MCDA): Uma ilustração na área econômica-financeira**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005.

SECUNDO, G.; MARGHERITA, A.; ELIA, G.; PASSIANTE, G. Intangible assets in higher education and research: mission, performance or both? **Journal of Intellectual Capital**, v. 11 n. 2, p. 140-157, 2010.

SOUZA FILHO, J. V. **Contribuição para a implantação e divulgação do balanço social**. 2000. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SRIRAM, R. S. Relevance of intangible

assets to evaluate financial health. **Journal of Intellectual Capital**, v. 9, n. 3, p. 351-366, 2008.

STEWART, T. A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios**. Rio de Janeiro: Campus: 1998.

TAVARES, M. F. N. **Reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil: Um estudo sobre o nível de conformidade das empresas listadas na Bovespa com o CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos**. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

TINOCO, J. E. P. **Balanço social: uma abordagem sócio-econômica da Contabilidade**. 1984. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

_____. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Balanço social e o relatório da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo, Atlas, 2004.

VARGAS, V. C. C. **Medida padronizada para avaliação de intangíveis organizacionais por meio da teoria da resposta ao item**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2007.